



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Bueno Fischer, Maria Clara; Tiriba, Lia

De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão
Educação Unisinos, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2009, pp. 201-210

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644450003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão

With an eye on the incarnated knowledge on associated work and self-management

Maria Clara Bueno Fischer
clara@unisinos.br
Lia Tiriba
liatiriba@gmail.com

Resumo: Compreendemos que, ao focalizar as múltiplas dimensões do diversificado mundo do trabalho, o campo de estudos e pesquisas sobre Trabalho e Educação contribui para tornar mais transparente a unidade do real. Nesse horizonte, trazemos à superfície situações em que, premidos pela ameaça de desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras – como sujeitos coletivos e singulares – buscam assegurar, de forma associada e autogestionária, o seu estar no mundo. Problematizamos o conceito de saberes do trabalho associado, indicando a necessidade de identificar com maior precisão os atributos desse trabalho que chamamos de “trabalho associado”. Considerando que, historicamente, essas experiências de trabalho se configuraram no contexto de determinadas relações sociais de produção, indicamos algumas contribuições teórico-práticas da Ergologia quanto à análise do trabalho como atividade humana permeada de “dramáticas de uso de si”. Para finalizar, reivindicamos um “movimento reflexivo encarnado” sobre os saberes do trabalho associado, tecidos na atividade viva do trabalho, nos fóruns de trabalhadores e nos debates políticos e teórico-conceituais.

Palavras-chave: trabalho e educação, saberes do trabalho associado, produção e legitimação de saberes.

Abstract: We consider that, when focusing the multiple dimensions of the diverse world of work, the field of studies and research about Work and Education contribute to turn more transparent the unit of the Real. In that horizon, we bring to the surface situations in that, pressed by the unemployment threat, the workers – as collective and singular subjects – look for to reassure, in an associated and self-management ways, forms to be in the world. We problematize the knowledge of associated work, indicating the need to identify with larger precision the attributes of such work. Taking into account that, historically, those work experiences are configurated in certain social relations of production, we indicate some theoretical contributions of Ergology particularly regarding its understanding that human activity is permeated by a “dramatic of use of the self”. To conclude, we demand an “incarnated reflexive movement” on the knowledge about the associated work, woven in the live work activity, in the workers' forums, as well as in the political and theoretical-conceptual debates. (The incarnate carries a double sense: of “meat” and of color “red”).

Key words: work and education, associated work knowledge, production and legitimization of knowledge.

Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós as ocupamos. Eles fazem as guerras e destroem as nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem, nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Porque somos o presente e o futuro da humanidade.¹

No campo de estudos e pesquisas *Trabalho e Educação*, temos nos debruçado sobre as dimensões ontológicas e sociológicas do trabalho, trazendo à superfície as formas históricas de produção da existência humana e suas manifestações. Tratamos de questões objetivo-subjetivas de diversas ordens, buscando sua materialidade nas maneiras como os seres humanos, mediados pelo trabalho, estabelecem relações com a natureza e entre si. Não nos cansamos de celebrar o trabalho como elemento fundamental da constituição e, tampouco de buscar a “unidade do diverso” (Marx, 1978) – o que pressupõe o desafio de captar (ou pelo menos, reconhecer) como, ao longo da história da humanidade, os grupos, classes sociais e os indivíduos singularmente se relacionam no processo de produção da realidade humano-social.

Como totalidade social, a realidade se manifesta em suas múltiplas dimensões. Assim, não nos faltam questões e nem motivos para observar, interagir e nos imiscuir nas práticas sociais e, com isso, nos aproximar ainda mais de nosso objeto de pesquisa: o Trabalho. Mesmo assim, provocamos o leitor quanto à importância política e, também, epistemológica do “prestar atenção” a alguns fenômenos sociais que podem passar despercebidos diante de nossos olhos de educadores e pesquisadores (e, possivelmente dos “olhos das águias”): o trabalho associado e autogestionário.

Cada vez mais, nos referimos a “mundos do trabalho”, para nomear

a multiplicidade de atividades de trabalho, e ao contexto econômico, social, político e cultural onde elas se realizam. É digno de nota que, assim como no atual contexto do sistema capitalista tornam-se cada vez mais complexas as relações econômico-sociais, o campo de estudos e pesquisas *Trabalho e Educação* também se complexifica. Não por acaso, as relações entre trabalho associado, educação e autogestão entram em cena, criando contornos singulares de reflexão e ação. Pensar a articulação entre essas práticas sociais implica em nos inserirmos e darmos continuidade às reflexões consolidadas no campo de pesquisa e estudos sobre Trabalho e Educação. Demanda, de certa forma, reconhecer o nascimento de um novo/velho objeto de estudo que solicita ser teorizado.

Existe uma reconhecida, legítima e consolidada produção no campo Trabalho e Educação que privilegiou como eixo central das análises a categoria trabalho abstrato e, consequentemente, a dimensão da alienação no trabalho. Com certeza, essa opção se justifica por força da hegemonia das relações sociais capitalistas nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, uma grande maioria de nossas pesquisas têm resultado em denúncia das múltiplas formas em que políticas e práticas educativas - dentro e fora da escola - vêm contribuindo para a reprodução das condições sociais, políticas e culturais resultantes da exploração do capital sobre o trabalho. Também é certo que fomos capazes de reconhecer e analisar as reações dos trabalhadores

e suas próprias iniciativas de construção de projetos contra-hegemônicos, incluindo projetos de educação de e para os trabalhadores. Aqui se situam as experiências de trabalho associado.

A capacidade de reconhecer a pluralidade de situações em que homens e mulheres produzem e reproduzem a sua existência resulta dos movimentos da própria realidade e, concomitantemente, do desenvolvimento teórico a que temos possibilidade de acessar e criar. Em *Dialética do Concreto*, Kosik (1995, p. 56) nos alerta que a apreensão do real pressupõe a compreensão dialética da especificidade de cada campo do real e de cada fenômeno. Para ele, quanto maior o número de campos que a ciência descreve, “tanto mais transparente se torna a unidade material *interna* dos mais diversos e afastados campos do real, enquanto se coloca de modo novo [...] os problemas da unidade do mundo”. Entendemos que, como momento de reprodução espiritual e racional da realidade, as pesquisas sobre trabalho associado e autogestão também nos ajudam a compreender as diversas dimensões do trabalho e, por conseguinte, da própria formação humana; convidam-nos a adentrar no diversificado mundo do trabalho, tornando mais transparente a unidade do real.

Neste artigo, organizamos nossa exposição em três momentos. Para refletir sobre o trabalho (associado) como *lócus* de produção de saberes, indicamos alguns motivos que, no contexto do regime de acumulação flexível, levam os trabalhadores

¹ Declaração do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, realizado em outubro de 2005, em Caracas (Venezuela).

a se tornarem “senhores” do processo de trabalho. Sabemos que as experiências de trabalho associado e autogestionário são as mais diversas, incluindo aquelas desenvolvidas pelos quilombolas, indígenas e demais povos da selva, por exemplo, mas, a título de ilustração, fazemos referência apenas a situações em que a fábrica é ocupada e recuperada pelos trabalhadores.

Indicamos que situações como estas acontecem em diferentes espaços/tempos de capitalismo, em momentos revolucionários ou não. No segundo momento, problematizamos o conceito de saberes do trabalho associado, sinalizando sobre a necessidade de identificar com maior precisão os atributos desse trabalho que chamamos de trabalho associado. Para isto, consideramos necessário trazer algumas contribuições teórico-práticas da perspectiva ergológica quanto à análise do trabalho como atividade humana permeada de “dramáticas de uso de si”. Na terceira e última parte do texto, reivindicamos um “movimento reflexivo encarnado” sobre os saberes do trabalho associado – saberes tecidos histórica e cotidianamente pelos trabalhadores, tanto nos fóruns de trabalhadores como nos debates políticos e teórico-conceituais.

Da ocupação à autogestão: os sentidos do trabalho

Tem sido comum ouvir histórias de trabalhadores que ocupam fábricas e lá persistem para manter, a qualquer

custo, seus postos de trabalho. Como *As operárias de Sogantal*² e *Mulheres de Bruckman*³, existem outros filmes documentários sobre mulheres trabalhadoras que fazem greve de ocupação e acampam no pátio da empresa para resistir às demissões em massa. O que ensinam homens e mulheres que, ao invés de retornar para casa no final da tarde, fazem vigília no galpão de produção para impedir que os empresários retirem as máquinas e equipamentos? O que nos contam os livros de história sobre ocupação de fábricas? O que nos contam os próprios trabalhadores?

Se a reprodução da vida depende dos ganhos obtidos no trabalho assalariado, não é de se estranhar que os trabalhadores queimem cartas de demissão (em ritual de protesto), façam greves de ocupação e se organizem para enfrentar cassetetes, gás lacrimogêneo e outros instrumentos de repressão utilizados pela polícia para proteger os interesses de classe dos proprietários dos meios de produção. Embora, sob relações de produção capitalista, a força de trabalho seja uma mercadoria, e o trabalho assalariado se configure como trabalho alienado, os trabalhadores e trabalhadoras lutam para manter sua condição de assalariados. Além do salário e de alguns direitos sociais (hoje tão minguados pela flexibilização das relações entre capital e trabalho), a perda do emprego provoca outras perdas objetivo-subjetivas como, por exemplo, a comprovação de rendi-

mento para obtenção de crédito para compra da casa própria, sem falar da companhia dos colegas de trabalho, inclusive daqueles que se tornaram cúmplices do movimento sindical e dos segredos da vida privada. Perder o emprego representa perder “carteira de trabalho assinada” ou a esperança de vir a tê-la, abala a saúde emocional e ameaça o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora. Os “trabalhadores livres” foram escravizados pela lógica do sistema capital.

A dura realidade indica que, com a crise estrutural do emprego, existe a possibilidade iminente dos desempregados não voltarem a ocupar um lugar ao sol no mercado do trabalho. A generalização de uma “nova informalidade” (Tavares, 2004) demandada pela reestruturação produtiva e assegurada com a flexibilização das relações entre capital e trabalho, rompe com as fronteiras entre “trabalho formal” e “trabalho informal”, reservando aos trabalhadores a inserção em trabalhos precários sob a forma de terceirização, em tempo parcial, transitório, sazonal, com baixos salários e sem direitos sociais. Na verdade, o termo “mercado de trabalho” carrega consigo a ideia de que o trabalho é uma mercadoria que deve ser vendida no mercado; mas, se não é possível encontrar um comprador para a força de trabalho, obter um “trabalho decente”⁴ e tampouco a sonhada “estabilidade no emprego”, há de se criar novas formas de produção e reprodução

² *Les Ouvrières de la Sogantal*, filme documentário de Nadejda Tilhou, 80', França 2008, que retrata a luta das operárias da Sogantal, filmada por uma equipe de televisão em pleno clima revolucionário pós 25 de Abril. Depois de abandonadas pelo patrão, o caso desta fábrica ficou inscrito como um dos episódios mais simbólicos da tomada do poder pelo povo e da explosão social que Portugal vivia em 1974. Numa luta liderada exclusivamente por mulheres, este é o exemplo paradigmático das convulsões vividas na época e um quadro de ascensão dos vários atores anônimos da sociedade portuguesa. Trinta anos depois, o que resta da luta das mulheres da Sogantal? (Tilhou, 1980).

³ *The Women of Bruckman*, filme documentário de Isaac Iritan, Canadá, 2007, 90', Cor. Durante alguns anos o realizador viveu dentro da Bruckman, uma fábrica de confecções argentina à beira da falência e sob risco de expropriação, e acompanhou uma verdadeira revolução social protagonizada por mulheres operárias. Filme épico, *The Women of Bruckman* conta o caso único de uma cooperativa formada, em pleno contexto do caos econômico argentino, com o objetivo de devolver às operárias o seu emprego e garantir a viabilidade do local de trabalho: exemplo de sucesso e perseverança que gerou um movimento de esperança na sociedade argentina e se tornou num verdadeiro case study sociológico (Iritan, 2007).

⁴ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho decente da seguinte forma: “é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho” (OIT, 1999).

da existência. Assim, na iminência do encerramento da empresa, de execução de processos falimentares ou de demissões em massa, mais que receber indenização por rescisão de contrato de trabalho, reivindicar seguro-desemprego e outros direitos trabalhistas, os desempregados querem garantir “trabalho para o resto da vida”. Para não permanecerem desempregados ou esmorecerem nas longas filas de desempregados, os trabalhadores aventam a possibilidade de abrir mão dos direitos trabalhistas e das verbas relativas à rescisão contratual em troca da propriedade coletiva dos meios de produção. Desejam os meios de produção para dar prosseguimento à atividade econômica e, assim, fugir do desemprego.

De uma maneira geral, no contexto da crise do regime fordista de acumulação de capital e do esgotamento do Estado do Bem Estar Social, assim iniciam as experiências de trabalho associado. Com a ameaça do fechamento da fábrica e/ou da demissão em massa, o que os trabalhadores, inicialmente, desejam é apenas garantir o emprego, o pagamento dos salários atrasados e de outros direitos trabalhistas. Geralmente derivados de massa falida ou de empresas em estado pré-falimentar, os processos de lutas vão ganhando corpo: a greve de ocupação e a tomada da fábrica que representavam uma forma de driblar a crise do trabalho assalariado e afastar a fantasma do desemprego podem repercutir na possibilidade da apropriação coletiva dos meios de produção, ou seja, de tomar para si a organização do processo trabalho, controlar e definir os rumos do trabalho.

Sobre a experiência das fábricas ocupadas na Argentina, em 2001, Valentina Pichetti ressalta que, para

os trabalhadores, ocupar uma fábrica e colocá-la em funcionamento pressupõe assumir um compromisso individual e coletivo com a luta, pois não podemos ignorar que ataca “uno de los principios rectores de las sociedad capitalista, el derecho a la propiedad privada” (Pichetti, 2002, p. 13). E como sinalizou Alfredo Grande, professor da *Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo*, “apropriar-se da fábrica é profanar o templo do capital”. Na perspectiva do trabalho (e não do capital), recuperar uma fábrica significa recuperá-la para o trabalho criador, recuperá-la para a alegria, para a saúde mental e para os direitos humanos, significa recuperá-la para o pensamento (Grande, 2002, p. 111). Isto pressupõe mobilizar e reunir os saberes do trabalho assalariado e transformá-los em “saberes socialmente produtivos” (Puigrós e Gagliano, 2004) para o trabalho associado. Os trabalhadores que, historicamente, estiveram relegados à tarefa de execução, agora se veem diante do desafio de “tocar o trabalho sem o patrão”. Como não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*, ou seja, não é possível separar pensamento e ação (Gramsci, 1982), os trabalhadores carregam consigo os saberes produzidos no cotidiano de trabalho, nas brechas existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Mobilizam e articulam saberes que a organização capitalista fragmentou. Lutam também para desvendar os segredos daqueles que eram especialistas em tecnologias de produção e gestão da força de trabalho.

Como movimento social de resistência à crise estrutural do emprego, a ocupação e tomada de fábricas ganhou impulso nos países latino-americanos. No Brasil, nos anos de

1980 e 1990, se evidenciou um *boom* de indústrias que, mesmo sem um marco jurídico próprio, passaram a ser denominadas de “empresas autogestionárias” ou “empresas de autogestão”. Em 2003, são criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), buscando fortalecer não apenas a recuperação das fábricas ocupadas por trabalhadores, mas o conjunto de atividades de produção, comercialização, crédito e consumo, organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. No início dos anos 2000, na Argentina, os trabalhadores da Brukman Confecções, Cerâmica Zanón e de quase 200 fábricas ocupadas (Heller, 2004; Magnani, 2003) resistiram à demissão em massa e ao encerramento das empresas, tentando dar os primeiros passos no sentido de construir uma cultura do trabalho distinta do capital. Em agosto de 2009, depois de quase nove anos vivendo sob controle operário, os trabalhadores da Zanón finalmente conseguiram juridicamente a propriedade dos meios de produção⁵. Para eles, coloca-se na ordem do dia a discussão sobre a forma de organização das empresas ocupadas: cooperativas ou estatização sob controle operário. Situações semelhantes acontecem no Uruguai e na Venezuela.

Os processos de ocupação e apropriação da fábrica pelos trabalhadores proliferaram ao longo do regime de acumulação flexível, mas são anteriores à crise do fordismo. Acompanham as crises do capital e, ao mesmo tempo, são expressões de movimentos sociais populares de cunho emancipatório. Com diversos graus de controle dos meios de produção e estabele-

⁵ Sobre a experiência de autogestão operária na Cerâmica Zanón, atualmente FaSinPat (Fábrica Sem Patrão), ver estudo de Meyer e Chaves (2008).

cendo diferentes tipos de relações com o Estado, as experiências históricas de autogestão e de controle operário sobre a produção remontam à Comuna de Paris, em 1871. Quando ocorrem em momentos revolucionários, como no Chile (1970-1973) e Portugal (1974-1976), além da garantia do posto de trabalho, coloca-se em cheque a propriedade privada e o próprio sistema capital⁶. Referindo-se ao movimento de ocupação de fábricas, subsequente ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, o qual derrubou o regime fascista que perdurou por 48 anos, em Portugal, José Pires indica que:

A ocupação é, pois, uma tomada de posse dos locais de trabalho pelos próprios trabalhadores. Ao pararem o trabalho, os operários querem dizer que sem eles nada se produz; sem eles para quê as máquinas e o capital; ao ocuparem coletivamente a fábrica, querem dizer que aquilo é deles. Não é sem razão que as leis capitalistas, que defendem a propriedade privada, proíbem aos operários em greve a ocupação dos locais de trabalho (Pires, s.d., p. 18).

De uma maneira geral, em momentos não revolucionários, os processos de ocupação sob regime de autogestão limitam-se a um método de gestão do trabalho, não estando necessariamente relacionados à perspectiva de transformação social. Assim, quando nos referimos à autogestão, devemos considerar a autogestão do trabalho e autogestão social, ou seja, os diferentes níveis de autonomia e controle dos trabalhadores: (a) sobre o objeto de tra-

lho (liberdade de criação nas formas de utilização da matéria-prima, máquinas e equipamentos); (b) em cada uma das equipes de uma determinada organização econômica; (c) no âmbito da unidade econômica ou organização social; e (d) no âmbito da sociedade em geral.

Em momentos revolucionários, a sociedade é colocada de cabeça para baixo e a classe trabalhadora ousa autogerir-se e romper com todas as formas de heterogestão e opressão. É o momento de instituir o novo que, com certeza, anteriormente à sua erupção, esteve em processo de preparação. Nesse contexto mobilizam-se forças coletivas e individuais muito fortes para (re)criar o conjunto das relações sociais. A ausência de prescrições ou pelo menos um espaço enorme de criação abre-se, e os sujeitos são convocados a entrar em cena e realizarem os seus atos e suas palavras. O caso português (1974-1976) é exemplar para compreender a autogestão operária, considerando a intensidade e abrangência das práticas sociais desenvolvidas no conjunto da sociedade. Nos processos de trabalho fundados nos princípios da autogestão, os processos educativos se manifestavam, de um lado, pelo esforço dos trabalhadores e trabalhadoras para mobilizar os saberes necessários para gerir as unidades produtivas e, por outro, pelo aprendizado de relações econômico-sociais mais amplas, proporcionadas pelo Processo Revolucionário em Curso (PREC) (Tiriba, 2009).

Essa e outras experiências históricas nos fazem inferir que, na perspectiva da autogestão, além da apropriação coletiva dos meios de

produção, do processo e do produto do trabalho, uma nova cultura do trabalho tem como pressuposto a ressignificação e reconstrução dos elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes) que, até então, sob a lógica do capital, regulavam as ações e os comportamentos dos trabalhadores. Se as situações de trabalho associado constituem-se como *lócus* de aprendizagem de novas relações sociais, a cultura do trabalho é tecida no cotidiano do processo autogestionário, de maneira a desenvolver novos sentidos, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o mundo, comprometidos com a construção de uma sociedade em que prevaleça a hegemonia do trabalho sobre o capital. Entendemos que “a apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção” pressupõe o “desenvolvimento de uma totalidade de capacidade nos próprios indivíduos”, abrindo caminhos para que os trabalhadores imponham “sua autoatividade completa e não mais limitada” (Marx e Engels, 1987, p. 105). Na verdade, “apenas na coletividade [de uns e outros] é que cada indivíduo encontra os meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos; somente na coletividade, portanto, torna-se possível a liberdade pessoal” (Marx e Engels, 1987, p. 116-117).

Os processos de ocupação de fábrica, ocorridos a partir da década de 1980, não têm se dado em processos revolucionários. Como nos referimos, os trabalhadores desejam, inicialmente, ter garantia de seus postos de trabalho e sobreviver. Nesse contexto,

⁶ Entre as experiências revolucionárias, destacamos os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905 e 1917), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a República Húngara de Conselhos Operários (1918-1919), os conselhos operários de Turim, Itália (1919-1921). Depois da II Guerra Mundial foram significativas as experiências da Iugoslávia (1950), dos conselhos operários surgidos na Hungria e Polônia (1956) e, sobretudo, com o movimento *Solidarnosc* na Polônia (1980-1981), Argélia (1962) e Checoslováquia (1968), Comunas Populares chinesas na época da Revolução Cultural (1966), Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Em âmbito latino-americano, tivemos a Revolução Cubana (1959), a Nicaraguense (1979), além de algumas curtas experiências vividas na Bolívia (1968), Peru (1968) e Chile (1970-1973), a dos indígenas em Chiapas (desde 1994) (Nascimento, 2009).

quantas vezes paramos para ouvir grupos de trabalhadores associados que, reunidos em fóruns para refletir sobre os impasses e desafios da autogestão, resgatam suas histórias de ocupação e de tomada da fábrica? O que podemos apreender com as experiências de trabalho associado? Que saberes são necessários mobilizar para garantir a viabilidade técnica e política de uma organização econômica popular? As novas relações sociais propiciam maior liberdade para decidir e interferir na micro e na macrogestão do trabalho? Quais as dimensões educativas do trabalho associado?

Produção de saberes em situações de trabalho associado

Contradictoriamente, no mesmo contexto em que acontece a inserção excluente ou “inclusão forçada” (Fontes, 2005) propiciada pelas políticas sociais neoliberais, gera-se uma mobilização de forças populares no sentido de experimentar uma “outra economia”, vivenciada hoje no campo da economia popular e solidária⁷. Como resposta à crise do trabalho assalariado, saberes produzidos e mobilizados nesta conjuntura histórica estão permeados de elementos singulares. Mais que em uma dimensão meramente “econômica”, essas práticas sociais se situam numa perspectiva de ampliação e reinvenção de modos de viver em comum. Além disso, resgatam experiências coletivas de gerir a vida, como, por exemplo, o trabalho dos grupos indígenas e quilombolas. No caso brasileiro, todos esses campos de experiências, incluindo as fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores, estão num processo de

articulação, de troca de experiências nos fóruns políticos e de formação de trabalhadores e de educadores⁸.

Conhecer esses tempos e espaços de ser e de agir implica em criar conceitos que nos ajudem a sistematizar e generalizar (para isso servem os conceitos) atributos que estão presentes nessas experiências sociais. Precisamos identificar com maior precisão os atributos daquilo que chamamos de trabalho associado. Consideramos importante conceituar, a partir de múltiplas singularidades das experiências específicas, o que pode ser entendido como “saberes do trabalho associado” para capturarmos movimentos mais gerais da realidade e, ao mesmo tempo, dialeticamente, nos instrumentalizarmos para conhecer as singularidades das práticas. Parece-nos, assim, que elevarmos ao nível conceitual saberes no e para o trabalho associado é uma tarefa teórica necessária num contexto, especialmente o brasileiro – mas não só de ampliação das experiências relativas a “outra economia”.

Na perspectiva do materialismo histórico, “até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são [...] igualmente produto das condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas” (Marx, 1978, p. 120). O mesmo ocorre com a categoria “saberes do trabalho associado”. Isto significa que é intrínseco ao conceito ter um viés generalizador e de certa forma normativo. Por isso, toda a vigilância é necessária. Aliás, a isto também nos alertava Paulo Freire. Inspiradas em suas reflexões, também conside-

ramos que se faz necessário “dizer a palavra” para que ação e reflexão se constituam numa relação dialética sem uma dimensão se sobrepor a outra. Há momentos em que os conceitos estão disponíveis para nós, outras vezes não. Em alguns casos, a prática social está mais à frente da teoria, solicitando, por assim dizer, que seja nomeada. Isso é tarefa de pesquisa realizada com os sujeitos implicados na sua realização. A nossa hipótese é de que podemos, se assim o fizermos, nos colocarmos num movimento reflexivo em que teoria e prática se interrelacionem com menos desacertos. Uma reflexão teórica que merece atenção particular de nossa parte, no que diz respeito à produção de conceitos relacionados ao vasto campo de experiências de trabalho associado, sem desmerecer outras, diz respeito à singularidade no trabalho. Na perspectiva dos estudos e práticas de trabalho associado e autogestorário, menos atenção tem sido dada para se compreender a gestão que o indivíduo realiza na atividade singular de trabalho e suas consequências para a gestão coletiva.

Uma das perspectivas teóricas relacionadas ao estudo sobre o trabalho que traz contribuições relevantes à dimensão da singularidade é a Ergologia. Este campo de estudos de natureza pluridisciplinar coloca uma lupa sobre o sujeito na e em atividade de trabalho. Assume que a gestão é uma dimensão ontológica no ser humano. Isto é, estar em atividade de trabalho é gerir com mais ou menos “uso de si” (Schwartz, 2004). Este autor trabalha com a noção da “dramática do uso de si” para analisar a problemática da ação do sujeito no trabalho.

⁷ A obra denominada *Outra Economia*, organizada por Cattani (2003), sistematiza conceitos fundamentais relacionados com o que tem sido denominado de “a outra economia”. Este termo “guarda-chuva” engloba uma diversidade de iniciativas econômicas pautadas por valores e formas de produzir a riqueza que se estrutura por uma ética de solidariedade, cooperação e apropriação coletiva dos meios de produção.

⁸ Duas experiências de abrangência nacional merecem destaque. Trata-se da Rede de Educação Cidadã (Talher Nacional) e das Oficinas Nacionais de Formação/Educação em Economia Solidária promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) (Brasil, 2006).

Para ele, “todo o trabalho é uso de si, considerando-o, simultaneamente, uso de si pelos outros (o que vai das normas econômico-produtivas às instruções operacionais) e uso de si por si (o que revela compromissos microgestionários)” (Schwartz, 2004, p. 25). Afirma ainda que na regulação do trabalho heterogerido prevalece o “uso de si” pelo outro, mas, mesmo assim, há sempre um nível, mesmo que mínimo, de uso de si por si mesmo. Esta característica intrínseca do ser humano lhe coloca numa posição de fazedor de história e, portanto, criador de saberes nesse movimento vital de uso de si no trabalho. A partir das contribuições da Ergologia, nos perguntamos: como a gestão singular da atividade de trabalho que um indivíduo realiza se relaciona com a gestão coletiva? Que questões tal perspectiva teórica coloca para pensarmos a temática da autogestão no trabalho e para além dele? Que implicações se colocam a partir daí para compreendermos os processos de produção de conhecimento espontâneos e/ou provocados no e para o trabalho associado? Como se relaciona esta perspectiva com outras que tem sustentado a produção de conhecimento sobre trabalho associado?

Na perspectiva ergológica, a gestão no trabalho, que nada mais é do que um constante processo de escolha – mais ou menos ampla – frente às normas estabelecidas e os desafios que a atividade em si coloca para o indivíduo: executa a norma ou renormatiza? Nesse processo, mobiliza um patrimônio de saberes e cria outros. Esses elementos da Ergologia colocam em questão um elemento muito importante que pode ser útil para os estudos sobre

autogestão e, particularmente, sobre saberes do trabalho associado (e autogestionário). Uma primeira ideia é compreender que é preciso considerar essa dimensão que todo o sujeito possui, a de fazer uso de si e, portanto, de gerir. A gestão coletiva do processo de trabalho é atravessada por essa condição humana: a da apropriação singular do patrimônio coletivo. Outra contribuição a ser destacada é a noção de “corpo si” para compreender a relação do ser humano na sua relação com a atividade de trabalho. O ser é um corpo biológico, cultural e histórico que é usado para gerir o conjunto de variabilidades presentes no cotidiano do trabalho. Aqui há uma condição crucial para o estudo sobre o trabalho e sobre os saberes do e no trabalho: a ruptura com a ideia comum de que somente com a razão se produz conhecimento. É um corpo-si que realiza a atividade e que, ao fazê-lo, produz saberes.

Do ponto de vista filosófico, a Ergologia afirma o trabalho na perspectiva da *atividade humana* e a assume como “matéria estrangeira”⁹ no sentido de que, por meio da própria atividade do ser humano, a filosofia aprende os problemas humanos fundamentais. Ao fazê-lo, atenta para um sujeito inteiro e singular em permanente debate de normas no cotidiano do trabalho. A Ergologia recoloca a centralidade do sujeito nas reflexões sobre o trabalho humano e, assim, contribui para adensar a análise sobre as relações entre as dimensões macro e a micro na tessitura da história humana. Investiga, ao fazê-lo, a que se aprofunda o entendimento das relações entre trabalho abstrato e trabalho concreto (categorias marxianas fundamentais)

e trabalho real e trabalho prescrito (categorias privilegiadas no campo da Ergonomia da atividade).

Para a Ergologia, o Dispositivo Dinâmico a Três Polos é apresentado como mediação para a produção de conhecimento que articule de forma dinâmica os sujeitos situados no polo dos conceitos e aqueles do polo dos saberes investidos na atividade. O terceiro polo é o das exigências éticas e epistemológicas, de confrontação e mútua aprendizagem entre os dois primeiros. A postura de desconforto intelectual permanente provoca a assunção da necessidade ética, política e epistemológica de todos os sujeitos envolvidos na tarefa de conhecer o trabalho, de “investigar com”. É abertura mútua para conhecer e aprender. Isso não significa relativismo epistemológico, é um exercício de estranhamento mútuo, de assumir que há experiência a ser conceituada que, ontologicamente, é movimento e reinvenção. “A perspectiva da Ergologia é inicialmente uma tentativa de compreender o vaivém do microscópio da atividade ao macroscópio da vida social” (Schwartz e Durrive, 2007, p. 264). Nesse sentido, entendemos que o dispositivo dinâmico a três polos pode ser mais um caminho de construção de conhecimento “encarnado” sobre o trabalho associado porque implica, necessariamente, numa relação de aproximação horizontalizada entre sujeitos diretamente implicados na atividade de trabalho associado e aqueles indiretamente a ela relacionados no campo da produção conceitual (Fischer, 2008). Em outras palavras, o diálogo com a Ergologia contribui para que nos aproximemos, ainda mais, das múltiplas dimensões do real¹⁰.

⁹ O trabalho como matéria estrangeira fornece “em permanência materiais novos para pensar o futuro. [...] Esta matéria, enquanto que estrangeira nos ajuda precisamente a desenhar os contornos e as virtualidades da experiência humana” (Schwartz, 2008, p. 41, 43).

¹⁰ Há um trabalho seminal em termos do uso da perspectiva ergológica para investigar a produção de saberes sobre trabalho associado e autogestão. Trata-se de tese de doutorado de Vera Regina Schmitz (2009), *Microgestão e produção de saberes: desafios para a autogestão em iniciativas de trabalho associado. Um estudo da Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda. – Cooperei*.

Vale registrar que para entender o funcionamento do capitalismo, Marx priorizou a dimensão abstrata do trabalho, permitindo o desvendamento dos mecanismos de produção da mais-valia. No entanto, por não ser possível apreender o trabalho abstrato desvinculando-o da materialidade do trabalho concreto, é interessante observar que, no capítulo XII de *O Capital* (1980), por exemplo, Marx descreve minuciosamente, os mecanismos da máquina-ferramenta, a qual “realiza com as suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes” (Marx, 1980, p. 426). Mais adiante, ao comparar a manufatura com a grande indústria, constata que, antes de a revolução industrial apoderar-se de parte do trabalho vivo, “na roda de fiar, por exemplo, o pé age apenas como força motriz, enquanto a mão executa a operação de fiar propriamente dita, trabalhando com o fuso, puxando e torcendo o fio” (Marx, 1980, p. 428). Evidentemente, o apoio das categorias trabalho real e trabalho prescrito podem contribuir sobremaneira para se compreender melhor “a luta entre o trabalhador e a máquina” (Marx, 1980, p. 489-502), além de outras dramáticas vividas pelo sujeito para realizar o seu trabalho e, consequentemente, o lugar do cotidiano e do sujeito no desenvolvimento da história humana, mais especificamente, na atividade de trabalho. No que tange aos processos de produção do conhecimento sobre o trabalho associado, os mesmos se inserem numa discussão sobre a autogestão que leve em consideração desde o sujeito singular em sua atividade específica de trabalho até os níveis mais amplos de autogestão social,

passando pela autogestão de uma organização coletiva de trabalho. De qualquer maneira, tratando-se de processos de trabalho assalariado ou de processos de trabalho associado, a singularidade da atividade deve ser analisada considerando-se as condições objetivo-subjetivas das relações sociais de produção onde ela se realiza. Ou, como sugere o próprio Marx (1980, p. 208), “o sabor do pão não nos revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza se sob o látego do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista”.

Os saberes do trabalho associado

A pedagogia implica em forma e conteúdo. Embora tais polos constituam uma unidade dialética, podemos dizer que o enfoque nos “saberes” tende a privilegiar o polo do conteúdo sem jamais pertermos de vista a sua relação com a forma. A produção associada e autogestionária realizada por homens e mulheres também produz, como se sabe, uma determinada pedagogia. Tendo como horizonte uma “sociedade dos produtores livremente associados” (Marx, 1980), alguns denominam de Pedagogia da Produção Associada (Tiriba, 2008), outros, de Pedagogia da Autogestão, como o faz Nascimento (2009). A partir do movimento reflexivo que realiza nos interstícios da experiência de construção das experiências de trabalho associado e da rede de formação em economia solidária no Brasil, com base em uma consistente análise histórica de movimentos de autogestão em nível internacional¹¹, Nascimento (2009, p. 11) afirma que:

Falar de ‘autogestão e formação’ é falar de uma ‘pedagogia da autogestão’, em que a produção do saber social é obra dos próprios atores das experiências autogestionárias. Como diz René Lorau: “A autogestão diz respeito aos próprios atores, no processo de trabalho e no processo de aprendizagem”.

Nessa perspectiva, definiu-se, recentemente, a expressão *saber(es) do trabalho associado* como a utilizada para designar o(s) saber(es) produzido(s) pelos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de trabalho que se caracterizam, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção. O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras que se associam de forma autogestionária na produção de bens e serviços, contrapondo-se à lógica do sistema do capital. Esse termo abrange também os saberes formalizados nos fóruns coletivos que articulam as experiências de trabalho associado e no âmbito da pesquisa e produção científica do conhecimento acerca das dimensões técnicas, políticas, econômico-filosóficas e culturais do fazer/pensar/refazer o cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social (Fischer e Tiriba, 2009).

Como conceito, “saberes do trabalho associado” abstrai atributos

¹¹ Do *Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende (autogestão, socialismo e poder popular)* (Nascimento, 2009) é uma de suas obras disponível online, que tem sido colocada à disposição dos atores da Economia Solidária. Nas suas mais de 150 páginas, analisa teórica e historicamente o tema. A obra é um interessante exemplo de teorização dos processos históricos, incluindo o momento atual em que há uma permeabilidade entre a ação e a teoria.

que perpassam as experiências singulares, sendo então muito próximo a elas, quase que as descrevendo. Tem, ao mesmo tempo, uma dimensão de “dever ser” para o conjunto das práticas, se o mesmo for legitimado por aqueles que vivem as experiências e pelos fóruns acadêmicos. O distanciamento necessário das vivências para que melhor as compreendamos é importante para ampliarmos nossa condição de sujeitos históricos. Para isso apoiamo-nos em conceitos criados por nós ou por outrem, ou deles nos apropriamos de acordo com nossas questões práticas e/ou teóricas.

Uma questão que se impõe relativa à definição de conceitos/teorizações sobre os *saberes do trabalho associado* diz respeito às dimensões históricas, éticas, políticas, e epistemológicas implicadas. Afinal, estamos falando de um campo de experiências – do trabalho associado – que está instituindo novos modos de produzir a existência, mais ou menos para além do capital. Quais as implicações disso? A incorporação, nas próprias teorizações sobre o trabalho associado e os saberes do trabalho associado, da ideia de processo, de historicidade é fundamental. Do ponto de vista político, há que reconhecer as relações de poder presentes no ato de conceituar. Um aspecto fundamental, neste caso, é a relação entre teoria e prática e, mais claramente, entre quem e como produz a teoria e, por outro lado, quem e como realiza a prática. Como, nas condições atuais, podemos promover uma relação efetivamente dialética e dinâmica entre essas dimensões? Ou, pelo menos, ter tal perspectiva no horizonte da produ-

ção de conhecimento? Sem dúvida, tais questões devem acompanhar as preocupações de quem está envolvido com este campo de experiências sociais. Trata-se de realizar um “movimento reflexivo encarnado” que considere as relações entre história e cotidiano, entre o individual e o coletivo; entre o ser humano e a máquina; entre o micro e o macro; entre patrimônio/memória coletiva e individual e atividade atual do trabalho singular; entre a mente e o corpo; entre o vivido e o pensado; entre quem pesquisadores-trabalhadores e trabalhadores-pesquisadores; entre o ético e o epistemológico.

“Pelas mãos e pelo coração que se forja a autogestão” (Ulburghs, 1980, p. 43, tradução nossa).¹²

Referências

BRASIL. 2006. Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária. *I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária*. Brasília, MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 47 p.

CATTANI, A.D. 2003. (org.) *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 306 p.

FISCHER, M.C.B. 2008 Notas sobre desafios epistemológicos, éticos e políticos na pesquisa sobre o trabalho propostos pela Ergologia. In: L.H. SOMMER; E.M. QUARTIERO (org.), *Pesquisa, educação e inserção social: olhares da região sul*. Canoas, Editora da ULBRA, p. 505-521.

FISCHER, M.C.B.; TIRIBA, L. 2009. Saberes do trabalho associado. In: A.D. CATTANI; J.-L. LAVILLE; L.I. GAIGER; P. HESPANHA, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo/Coimbra, Almedina Brasil Ltda/Edições Almedina S.A., p. 293-298.

FONTES, V. 2005. *Reflexões impertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 328 p.

GRANDE, A. 2002. Cuando la necesidad no tiene cara de hereje (apuntes sobre la subjetividad recuperada). In: E. CARPINERO; M. HERNÁNDEZ, *Producendo realidad. Las empresas comunitarias*. Buenos Aires, Editorial Topía/La Massa, p. 11-24.

PIRES, J. [s.d.]. *Greves e o 25 de Abril*. Lisboa, Base FUT, 277 p.

PUIGRÓS, A.; GAGLIANO, R. (dir). 2004. TERÒ; M. HERNÁNDEZ, *Producendo realidad. Las empresas comunitarias*. Buenos Aires, Topía, p. 105-111.

GRAMSCI, A. 1982. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 244 p.

HELLER, P. 2004. *Fábricas Ocupadas. Argentina 2000-2004*. Buenos Aires, Ediciones Rumbos, 327 p.

ISITAN, I. 2007. *The Women of Bruckman*. Filme documentário. Canadá, 90'. Cor. Disponível em <http://www.doclisboa.org/2008/programa/dia22.html>. Acesso em 07/08/2009.

KOSIK, K. 1995. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 248 p.

MAGNANI, E. 2003. *El cambio silencioso: empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 230 p.

MARX, K. 1978. Introdução à crítica da economia política. In: K. MARX, *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, p. 103-125.

MARX, K. 1980. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 579

MARX, K.; ENGELS, F. 1987. *A ideologia alemã (Feurbach)*. São Paulo, Hucitec, 138 p.

MEYER, L.; CHAVES, M. 2008. Aires de libertad. Zanón bajo gestión obrera. *OSAL – Observatório Social de América Latina*, IX(24):115-142.

NASCIMENTO, C. 2009. *Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende (autogestão, socialismo e poder popular)*. 154 p. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf, acesso em: 09/12/2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 1999. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/trab_decente_2.php, acesso em 12/08/2009.

PICHETTI, V. 2002. Fábricas tomadas, fábrica de esperanças. Las experiências de Zanón y Bruckman. In: E. CARPINTERO; M. HERNÁNDEZ, *Producendo realidad. Las empresas comunitarias*. Buenos Aires, Editorial Topía/La Massa, p. 11-24.

¹² As ideias que aqui compartilhamos são objetos de reflexão nas *Jornadas sobre Produção e Legitimação de Saberes* para e no Trabalho, realizadas na UNISINOS desde 2006. Desde então, tecemos pensamentos e práticas coletivas no sentido de contribuir para o desenvolvimento do tema a partir da especificidade do trabalho associado e da autogestão. Neste artigo, reunimos também algumas reflexões decorrentes de nossos pós-doutoramentos realizados entre agosto de 2008 e julho de 2009, no contexto de Convênio Capes-Grices intitulado *Trabalho e Formação de Jovens e Adultos no Brasil e Portugal* (Biênio 2008-2009). (O encarnado carrega um duplo sentido: de “carne” e de cor “encarnada”).

La fábrica del conocimiento: saberes socialmente productivos en América Latina. Rosário, Homosapiens, 235 p.

SCHWARTZ, Y. 2004. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: F. DANIELLOU, *Ergonomia em busca de seus princípios*. São Paulo, Blucher, p. 141-180.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). 2007. *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, Editora da UFF, 309 p.

SCHWARTZ, Y. 2008. O trabalho numa perspectiva filosófica. In: I. NOZAKI, *Educação e Trabalho: trabalhar, aprender, saber*. Campinas/Cuiabá, Mercado de Letras/Editora da UFMT, p. 23-46.

SCHMITZ, V.R. 2009. *Microgestão e produção de saberes: desafios para a autogestão em iniciativas de trabalho associado. Um estudo da Cooperativa de Produção Cristo Rei LTDA.* – COOPEREI. São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 226 p.

TAVARES, M.A. 2004. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo, Cortez, 216 p.

TILHOU, N. 1980. *Les Ouvrières de la Sagantal*. Filme documentário. Disponível em <http://www.doclisboa.org/2008/pro>

grama/dia24.html

TIRIBA, L. 2009. *Saberes do trabalho associado. A autogestão no contexto do movimento popular de 25 de Abril, em Portugal*. Niterói, Texto digitado, 18 p.

TIRIBA, L. 2008. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. *Perspectiva*, 26(1):69-94.

ULBURGHS, G. 1980. *Pour une Pedagogie de l'autogestion*. Paris, Les Editions Ouvrières/Vie Ouvrière, 231 p.

Submetido em: 25/08/2009

ACEITO EM: 21/09/2009

Maria Clara Bueno Fischer
Unisinos
Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil

Lia Tiriba
UFF - Campus do Gragoatá
Rua Visconde do Rio Branco, s/n
Bloco D, São Domingos
24240-006, Niterói, RJ, Brasil